



Estado da Paraíba

Assembléia Legislativa

Casa de Epitácio Pessoa

AO EXPEDIENTE DO DIA

22 de 07 de 19 96

Em, 22 de 07 de 19 96

[Signature]
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 497 /96



“Reconhece de utilidade pública o
Colégio Normal Francisca Mendes”.

A Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba Decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Colégio Normal Francisca Mendes, sediado na cidade de Catolé do Rocha.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor da data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1996.

[Signature]
GERVÁSIO MAIA
Deputado Estadual

Assessoria ao Plenário
Constou no Expediente

Em 22 / 07 / 96

[Signature]
Diretor da Ass. ao Plenário



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



JUSTIFICATIVA

O Colégio Normal Francisca Mendes, com sede e foro no município de Catolé do Rocha, teve suas atividades iniciadas em 02 de março de 1939 e foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação pela Resolução nº 40/85.

Há 57 anos que este Colégio vem formando professores para o desempenho dessa atividade gratificante, prestando grandes serviços ao povo de Catolé do Rocha e da Paraíba, o que torna justo ser reconhecido como de utilidade pública.

Pelo exposto, rogo aos meus pares pelo aprovação do Projeto de Lei em epígrafe para que seja sancionado pelo Governador do Estado, tornando-o no mais novo Colégio reconhecido pelo Poder Público Estadual.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1996.


GERVÁSIO MAIA
Deputado Estadual



Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa



Registrado no Livro de Plenário

às Fls. 197 Sob No 497

EM, 23 / 07 / 96

Publicado no Diário do poder

Legislativo do Dia / /

de 19

EM / /

1º SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa

Em / /

Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator
o Deputado Antônio T. O.
Em, 23 / 07 / 96
W. L. C.
Presidente

4

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 497/96.

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA O
COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES.

AUTOR : DEP. GERVÁSIO MAIA
RELATOR : DEP. ANTÔNIO IVO

PARECER

RELATÓRIO

O Projeto de Lei N. 497/96, de autoria do Deputado Gervásio Maia, vem para análise nesta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, tendo como objetivo reconhecer de Utilidade Pública o Colégio Normal Francisca Mendes, com sede e foro no Município de Catolé do Rocha.

A proposição constou no Expediente do dia 22 de julho do ano em curso, vindo a este órgão técnico legislativo para apreciação e elaboração de parecer.

é o relatório.

VOTO DO RELATOR

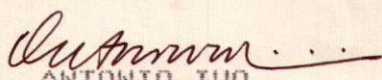
A pretensão da ilustre parlamentar é legítima sob todos os aspectos, uma vez que, encontra-se a matéria devidamente instruída, sendo-lhe peculiar a presente iniciativa.

Este reconhecimento público através de lei, é instituto imprescindível a toda entidade que presta relevantes serviços à sua comunidade, estando inserida neste contexto, o Colégio Normal Francisca Mendes, há tempo vem desenvolvendo um trabalho voltado à formação de professores, prestando grandes serviços ao povo de Catolé do Rocha.

Portanto, esta relatoria se posiciona pela constitucionalidade e juridicidade, e boa técnica legislativa, do Projeto de Lei N. 497/96, ao qual acosto o meu voto pela sua aprovação.

é o voto.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1996.


DEP. ANTÔNIO IVO
RELATOR

4

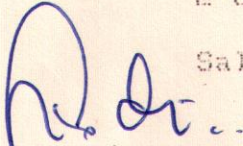
ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO


PARECER DA COMISSÃO

Em reunião plena, esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator Deputado Antonio Ivo, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei N. 497/96, acrescido de emenda de redação dada ao texto.


É o parecer.

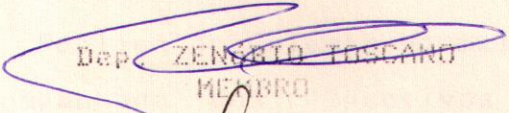
Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1996.


Dep. GERVÁSIO MAIA
PRESIDENTE

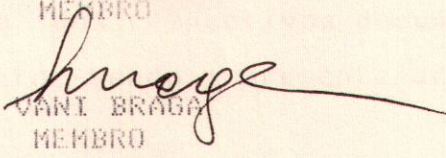

Dep. ANTONIO IVO
RELATOR

Dep. TARCIZO TELINO
MEMBRO


Dep. ADELINO
MEMBRO


Dep. ZENSÉLTO TOSCANO
MEMBRO

Dep. AÉRCIO PEREIRA
MEMBRO


Dep. VANI BRAGA
MEMBRO

FUNDO JOSE GOMES DE CARVALHO
3.330.110311#MAL#33.3341



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO



INTERESSADO: COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES	
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO	
RELATOR: MARIA BERNADETE SILVEIRA DE ANDRADE	
PARECER Nº 69/94	CÂMARA OU COMISSÃO
APROVADO EM 19/05/94	PROCESSO Nº 032/94

O Colégio Normal Francisca Mendes, sediado na cidade de Catolé do Rocha, que teve suas atividades iniciadas em 02/03/39 e reconhecido por este Conselho através da Resolução 40/85, solicita renovação de reconhecimento do funcionamento do Curso Normal.

Trata-se de um ídneo Educandário com significativos serviços prestados à sociedade paraibana dado a linha pedagógica desenvolvida, coerente com a filosofia adotada, bem como, a seriedade e a dedicação com que vem preparando professores durante seus 55 anos de funcionamento.

As peças que instrui o presente processo estão de acordo com que normativa a Resolução 93/91 deste Egregio Conselho e respaldado pelo Parecer exarado pelo Inspetoria Técnica de Ensino, representada pelo Grupo de Inspeção do 8º CRED.

Considerando o exposto a Relatora é pelo atendimento ao pleito. Salvo melhor juízo.

João Pessoa, 19 de maio de 1994.

Maria Bernadete Silveira de Andrade
MARIA BERNADETE SILVEIRA DE ANDRADE
Relatora

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Catolé do Rocha - Pb.
CERTIFICADO, conforme estitui o art.
2º do Dec. Lei nº 2.148 de 25.04.40
que a presente cópia está igual ao
original que me foi apresentado e
conferido.
Catolé do Rocha Pb. 19 de 05 de 1994.

Serventário
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Jandirson Alves de Lima
Escrivente Autorizado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL



ATESTADO DE REGISTRO

[illegible]

BSE, em 26. de..abril....de 1982..



(a)

João Batista do Nascimento
Chefe do SLS

Visto:

Ayrton Glück Pombô
Diretor da SE

CARTEIRO DO REGISTRO
Comarca de Curitiba do Rocha - 1.º
CERTIFICADO, conforme os arts. 2.º
do Dec. Lei nº 2.148 de 25.04.47
que a presente cópia está igual ao
original que me foi apresentado e



ESTADO DA PARAÍBA

Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha

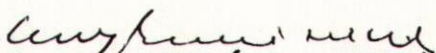
CORAGEM, TRABALHO E FÉ



DECLARAÇÃO

DECLARO, que a Escola Normal Francisca Mendes, de Catolé do Rocha - Estado da Paraíba, fundada em 1939 e reconhecida pelo Decreto Nº 120 de 23 de abril de 1941, é o mesmo que COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES com sede À Av. Venâncio Neiva, 420 em Catolé do Rocha - PB, e que o mesmo está inscrito no CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social) sob o Nº 12 e foi declarado de UTILIDADE PÚBLICA em 03 de dezembro de 70 (1970), pelo Decreto Presidencial de Nº 67.701 e que está inscrito no CGC/MF sob o nº 08.934.689/0001-33.

Católé do Rocha, 21 de maio de 1996


(Leomar Benício Maia)
Prefeito Municipal



ESTADO DA PARAÍBA

Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha

CORAGEM, TRABALHO E FÉ



ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

ATESTO, para os devidos fins que o COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES, com sede à Av. Venâncio Neiva, 420, nesta cidade de Catolé do Rocha, - Estado da Paraíba, inscrito no CGC/MF sob o Nº 08.934.689/0001-33, está em pleno e regular funcionamento, desde 1939 = ano de sua fundação, cumprindo suas finalidades estatutárias, estando sua Diretoria assim constituída:

DIRETORA-PRESIDENTE: NEUZA BARBOSA ALVES (Ir. M. Inês, OSF)
Cédula de Identidade: 67.013 SSP / PB
C P F Nº 086.522.954 - 68

Endereço Residencial: Av. Venâncio Neiva, 420
Catolé do Rocha - PB.

DIRETORA VICE-PRESIDENTE: EUNICE MARTINS DE ARAÚJO (Ir. M. Rita)
Cédula de Identidade: 72.651 SSP / PB
C P F Nº 204.348.714 - 00

End. Residencial: Av. Venâncio Neiva, 420 - C.do Rocha - PB.

DIRETORA-TESOUREIRA: TEREZINHA DE PAIVA LISBOA (Ir. M. Benigna, OSF)
Cédula de Identidade: 61.036 - SSP / PB
C P F Nº 136.316.164 - 49

End. Residencial: Av. Venâncio Neiva, 420 - C. do Rocha/PB

DIRETORA-SECRETARIA: MARIA LOURDES DE FREITAS (Ir. M. Fernanda, OSF)
Cédula de Identidade: 1.941.857 (Instituto Félix Pacheco / RJ)
C P F Nº 557.123.207 - 20

ATESTO, outrossim, que a referida Entidade não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício específico de suas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes associados ou mantenedores, sob nenhuma espécie, destinando a totalidade das rendas apuradas ao atendimento gratuito de suas finalidades.

Catolé do Rocha, 21 de maio de 1996

(Leomar Benício Maia)

- Prefeito Municipal -

SOCIEDADES

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, CARÁTER, FINS, SEDE, FORO E DURAÇÃO. **CAPÍTULO I - Denominação e Caráter.** Art. 1º A Associação civil, anteriormente denominada Escola Normal Dona Francisca Benrigues Mendes e Escola Normal Regional Francisca Mendes ou Ginásio Franciscas Mendes, denominada "COLÉGIO MORAL FRANCISCA MENDES", é de caráter educacional, cultural e de assistência social, fundada em 1919, com atos constitutivos devidamente arquivados no Cartório do 1º Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Catolê do Rocha, Estado da Paraíba, no Livro "A" - 91, à fl. 35, sob o nº 118 e no Livro "B" - 1, à fl. V 160 e 161 sob o nº 118, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 67.701, de 03 de dezembro de 1970, publicado no Diário Oficial da União de 07 de dezembro de 1970, reconhecida como Entidade de Fins Filantrópicos pelo Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) pelo Processo nº 52.384/67, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 08934689/00091-33. **CAPÍTULO II - FINS.** Art. 2º - O COLÉGIO MORAL FRANCISCA MENDES, associação sem fins lucrativos, neste Estatuto Social é designado simplesmente por "COLÉGIO". Art. 3º - O COLÉGIO tem por finalidade(s) oferecer e desenvolver o ensino em seus vários graus, a educação moral cívica e religiosa; b) dedicar-se às obras de promoção humana, beneficentes, filantrópicas e de assistência social; c) promover e desenvolver atividades culturais. Art. 4º - No exercício de suas finalidades institucionais, o COLÉGIO não faz discriminação de raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, político e condição social, observadas as normas legais. Art. 5º - Dentro de suas possibilidades e especialidades, o COLÉGIO pode firmar contratos ou convênios com outras instituições congêneres ou afins, para o melhor desenvolvimento de suas finalidades sociais. Art. 6º - O COLÉGIO pode, ainda no atendimento às suas finalidades, criar, congruar, orientar, assessorar e dirigir instituições que visem a educação, a cultura e a assistência social. **CAPÍTULO III - Sede e Foro.** Art. 7º - O COLÉGIO tem sede no município de Catolê do Rocha, Estado da Paraíba, à Avenida Venâncio Meiva, nº 420 - CEP 5884-008, podendo abrir e fechar Filiais, Departamentos e Setores de Atividades em todo o Território Nacional. Art. 8º - Fica eleito o Foro da Comarca de Catolê do Rocha, Estado da Paraíba, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios sobre quaisquer assuntos relacionados com o COLÉGIO. **CAPÍTULO IV - Duração.** Art. 9º - A duração do COLÉGIO é por tempo indeterminado. **TÍTULO II - CONSTITUIÇÃO E GOVERNO.** **Capítulo I - Constituição e Organização.** Art. 10 - Organização pelas Religiosas Professoras, pertencentes à Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen - "Provincia Franciscana Maria Medianeira das Graças", o Colégio rege-se pelo presente Estatuto Social e no que se refere a suas associações, pelo Código de Direito Canônico, Regra, Constituição, Diretrizes e outras normas que regem a vida dessas religiosas. **CAPÍTULO II - Governo e Administração.** Art. 11 - O COLÉGIO é governado pela Assembleia Geral, dirigida e administrado pela Diretoria e assistido pelo Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais (CAEF). **TÍTULO V - ADMINISTRAÇÃO.** **Capítulo 1º - Constituição da Diretoria.** Art. 30 - O COLÉGIO é dirigido e administrado por uma Diretoria com cargos não vitalícios, assim constituída: a) Diretora-Presidente; b) Diretora-Vice-Presidente; c) Diretora-Secretária; d) Diretora-Tesoureira. **TÍTULO XIII - DISPOSIÇÕES GERAIS.** **CAPÍTULO I - Disposições Gerais.** Art. 65 - Sempre que houver abertura ou fechamento de Filiais, Departamentos e Setores de Atividades, constará de ata de Assembleia Geral, a relação de todas as Filiais, Departamentos e Setores em atividades. Art. 66 - Os casos omissos ou duvidosos na interpretação deste Estatuto Social são resolvidos pela Diretoria, cabendo recurso à Assembleia Geral. Art. 67 - O presente Estatuto Social revoga as disposições contrárias e anteriores e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório competente. **Foram firmados em Catolê do Rocha, Paraíba, em 05 de setembro de 1994, as seguintes pessoas:** Maria Rita - U.S.F. Diretora em exercício; Teresinha de Fátima Lima - Irmã Maria Benigna - U.S.F. Tesoureira; Maria de Lourdes de Freitas - Irmã Maria Fernanda - O.S.F. Secretária; Iracema Klemens de Matos - Irmã Maria Stella - U.S.F. Professora; Izabel Barbosa de Almeida - Irmã Maria Tracy - O.S.F. Professora; Juci Ferreira da Costa - Irmã Maria Juci - U.S.F. Professora; Sônia Regina de Souza - Irmã Maria Jose - O.S.F. Professora; Josefa dos Santos - Irmã Maria Leticia - U.S.F. Professora; Maria Paula - Irmã Maria Apater - O.S.F. Professora.

**CERTIDÃO**

CERTIFICO para os devidos fins de direito que, o presente Estatuto foi protocolado para Registro no Livro A-2, sob nº 1.451, fls. 35 em 05.09.94 e Registrado no Livro A-I, fls. V/41 a 42 sob nº 1.392 em 05.09.94. A referida é verdadeira; dou fé. |

Catolê do Rocha-Pb, 05.09.1.994.

Celina Rodrigues de Paula
CELINA RODRIGUES DE PAULA

TITULAR DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



09.228.264/0001-97

CATOLÊ DO ROCHA - CARTÓRIO

1º OFÍCIO

AV. VENÂNCIO MEIVA, 92

CENTRO - C. E. P. - 58884

CATOLÊ DO ROCHA - PB

12

"ESTATUTO SOCIAL"

SOCIEDADE FRANCISCANA MARIA MEDIANEIRA DAS GRAÇAS



TÍTULO I - DENOMINAÇÃO, CARÁTER, FINS, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Capítulo I - Denominação e Caráter

Artigo 1º

A Associação civil denomina-se "**SOCIEDADE FRANCISCANA MARIA MEDIANEIRA DAS GRAÇAS**", anteriormente denominada -"**Sociedade Franciscana de Ensino**" e "**Sociedade Franciscana de Nossa Senhora Medianeira das Graças**", de caráter educacional, cultural e de assistência social, com Estatuto Social primitivo registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos da Comarca de Areia. Estado da Paraíba, sob o nº 729, do Livro nº "3W", às fls. 7/9 em 24 de fevereiro de 1938, com reformas posteriores a saber: a) sob o nº 157, do Livro nº "III-B de Títulos e Documentos", às fls. 91/92 em 30 de dezembro de 1949; sob o nº 04, do Livro nº "7 II-A de Registro Civil de Pessoas Jurídicas", às fls. 04/08 em 18 de dezembro de 1953; b) sob o nº 37, do Livro nº "7 II-A de Registro Civil de Pessoas Jurídicas", às fls. 129/131 em data de 14 de dezembro de 1968; c) sob o nº 38, do Livro nº "7 II-A de Registro Civil de Pessoas Jurídicas", às fls. 131/136 em 20 de fevereiro de 1970; d) Averbação, sob o nº 38, do Livro nº 7 II-A de Registro Civil de Pessoas Jurídicas", às fls. 131/132 em 12 de dezembro de 1975; e) sob o nº 44, do Livro nº "7 II-A de Registro Civil de Pessoas Jurídicas", às fls. 150/154 em 12 de dezembro de 1975, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 91.108, de 12/03/1985, publicado no Diário Oficial da União de 13/03/1985; de Utilidade Pública Municipal (AREIA-PB) pela Lei nº 179/77 de 02/12/1977; registrada no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) pelo Processo nº 56.121/52 e inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 08.712.325/0001-09.

Capítulo II - Fins

Artigo 2º

A **SOCIEDADE FRANCISCANA MARIA MEDIANEIRA DAS GRAÇAS**, entidade sem fins lucrativos, doravante neste Estatuto Social é designada simplesmente por "**SOCIEDADE**".

Artigo 3º

A **SOCIEDADE** tem por finalidade:



assistenciais;

b) oferecer e desenvolver o ensino em seus vários graus, a educação moral, cívica e religiosa;

c) promover atividades culturais;

d) dedicar-se às obras de promoção humana, beneficente, filantrópica e de assistência social.

Artigo 4º

No exercício de suas finalidades institucionais, a **SOCIEDADE** não faz e não fará discriminação de raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso ou político e condição social.

Artigo 5º

Dentro de suas possibilidades e especialidades, a **SOCIEDADE** pode firmar contratos ou convênios com outras instituições congêneres ou afins, para o melhor desenvolvimento de suas finalidades institucionais.

Artigo 6º

A **SOCIEDADE** pode, ainda, no atendimento às suas finalidades criar, congregar, orientar, assessorar, dirigir e manter instituições que visem a educação, a cultura e a assistência social.

Capítulo III - Sede e Foro

Artigo 7º

A **SOCIEDADE** tem sede na cidade de AREIA, Estado da Paraíba, à Rua Vigário Odilon, nº 152, Centro (CEP-58.397-000), podendo abrir e fechar Filiais, Departamentos e Setores de Atividades em todo o Território Nacional.

Artigo 8º

Fica eleito o foro da Comarca de AREIA, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios que possam haver com a **SOCIEDADE**.

Capítulo IV - Duração

Artigo 9º

A duração da **SOCIEDADE** é por tempo indeterminado.



TÍTULO II - CONSTITUIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO

Capítulo I - Constituição e Organização

Artigo 10

Fundada em 09 de junho de 1937, organizada e constituída pelas Religiosas Professoras^{as} da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen "Província Franciscana Maria Medianeira das Graças", a **SOCIEDADE** rege-se pelo presente Estatuto Social, pela legislação brasileira e subsidiariamente pelo Código de Direito Canônico, Regra, Constituição da Congregação e Diretrizes da Província e outras normas que regem a vida dessas religiosas.

Capítulo II - Governo e Administração

Artigo 11

A **SOCIEDADE** é governada pela Assembleia Geral, dirigida e administrada pela Diretoria e assistida pelo Conselho p/Assuntos Econômicos e Fiscais (CAEF).

TÍTULO III - ASSOCIADAS

Capítulo I - Associadas

Artigo 12

A **SOCIEDADE** é constituída por número ilimitado de associadas, devidamente inscritas no Livro ou Fichas^h competentes.

Artigo 13

As associadas são admitidas na **SOCIEDADE**, por decisão da Diretoria, através da Profissão Religiosa, em cerimônia litúrgica de conformidade com o Direito Canônico, Regra, Constituição da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen e Diretrizes da Província.

Artigo 14

Para ser admitida como associada, a candidata deve ser apresentada por duas associadas à Diretoria, que após análise dá seu parecer à Assembleia Geral.

Capítulo II - Direitos das Associadas

Artigo 15

- 17
- a) participar das atividades da SOCIEDADE;
 - b) participar das Assembléias Gerais;
 - c) ser eleita para cargos de Diretoria e ou Conselho p/As-
suntos Econômicos e Fiscais (CAEF);
 - d) ser assistida pela SOCIEDADE.



Artigo 16

As associadas não adquirem direito algum sobre os bens e di-
reitos da SOCIEDADE, a título algum ou sob qualquer pretexto.

Capítulo III - Deveres das Associadas

Artigo 17

São deveres das Associadas:

- a) cumprir e respeitar o Estatuto Social;
- b) cumprir, respeitar e acatar o Código de Direito Canônico
a Regra, a constituição da Congregação e as Diretrizes da Província.
- c) cumprir e respeitar as decisões da Assembléia Geral e da
Diretoria;
- d) contribuir com seu trabalho e dedicação à consecução das
finalidades sociais, incumbindo-se dos cargos e ofícios que lhes fo-
rem atribuídos;
- e) zelar para que os bens sociais estejam sempre a serviço
dos objetivos da SOCIEDADE;
- f) manter conduta compatível com os objetivos sociais da SO-
CIEDADE.

Capítulo IV - Disposições Gerais

Artigo 18

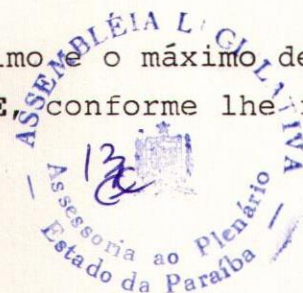
Perde a condição de associada, aquela que deixar, abando-
nar ou for excluída da Vida Religiosa Consagrada Franciscana, segundo
as normas contidas no Código de Direito Canônico na Regra, Constitui-
ção da Congregação e Diretrizes da Província.

Artigo 19

Excluídas da **SOCIEDADE**, qualquer que seja o motivo ou, dela
retirando-se, as associadas não têm direito a qualquer indenização pe-
los serviços a ela prestados.

Artigo 20

que julga cada caso, estabelecendo, ainda, o mínimo e o máximo de valor que pode ser recolhido como ônus da SOCIEDADE, conforme lhe facultada a LEI n.6.696/79.



Artigo 21

As associadas não respondem sequer subsidiariamente pelos encargos e obrigações da SOCIEDADE.

TÍTULO IV - ASSEMBLÉIA GERAL

Capítulo I - Conceito de Assembleia Geral

Artigo 22

A Assembleia Geral é o órgão máximo e soberano de governo da SOCIEDADE.

Capítulo II - Constituição da Assembleia Geral

Artigo 23

A Assembleia Geral é constituída pelas Associadas.

Capítulo III - Convocação, Instalação e Funcionamento da Assembleia Geral

Artigo 24

As Assembleias Gerais são convocadas pela Diretora-Presidente e em sua ausência ou impedimento pela sua substituta legal.

Artigo 25

As Associadas são convocadas para as Assembleias Gerais com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por qualquer meio de comunicação social escolhido pela Diretora-Presidente.

Artigo 26

Em caso de urgência e relevância, a Diretora-Presidente pode convocar a Assembleia Geral em prazo inferior ao estabelecido no artigo anterior.

Artigo 27

A Assembleia Geral reúne-se anual e ordinariamente dentro

Artigo 28

A Assembléia Geral se instala, funciona e delibera validamente, em primeira convocação com o mínimo de 2/3 (dois terços) do número de associadas, e, em segunda e última convocação, meia hora após, com qualquer número, deliberando pela maioria simples das associadas presentes.

Artigo 29

A Assembléia Geral é convocada pela Diretora-Presidente, quando requerida por 2/3 (dois terços) do número de associadas.

Capítulo IV - Voto de desempate nas Assembléias Gerais

Artigo 30

Fica assegurado à Diretora-Presidente e em suas ausências ou impedimentos a sua substituta legal, o voto de desempate nas Assembléias Gerais, também designado por voto de qualidade.

Capítulo V - Competência da Assembléia Geral

Artigo 31

Compete à Assembléia Geral:

- a) cumprir o Estatuto Social;
- b) eleger e empossar os membros da Diretoria;
- c) reformar total ou parcialmente o Estatuto Social;
- d) autorizar a Diretora a comprar, vender, alienar, hipotecar, onerar, gravar, compromissar, alugar e doar bens imóveis;
- e) abrir e fechar Filiais, Departamentos e Setores de Atividades;
- f) aprovar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis/Financeiras;
- g) aprovar o Regimento Interno para Filiais, Departamentos e Setores de Atividades;
- h) aprovar o Orçamento-Programa apresentado pela Diretoria;
- i) estabelecer o máximo de valor que a Diretoria não necessita de sua prévia autorização para efetuar gastos ou despesas;
- j) deliberar sobre a dissolução ou extinção da **SOCIEDADE**;
- l) deliberar sobre assuntos de interesse social.

TÍTULO V - ADMINISTRAÇÃO

Artigo 32

A **SOCIEDADE** é dirigida e administrada por uma Diretoria sem cargos vitalícios, assim constituída.

a) Diretora-Presidente;

b) Diretora-Vice-Presidente;

c) Três ou mais Diretoras-Conselheiras, conforme estabelecer a Assembléia Geral Eletiva.

Artigo 33

Os cargos de Secretária e Tesoureira são exercidos por membros auxiliares da Diretoria, nomeadas entre associadas pela Diretora-Presidente.

Parágrafo Único

A critério da Diretora-Presidente, os cargos de Secretária e ou Tesoureira, podem ser exercidos pelas Diretoras-Conselheiras.

Capítulo II . Mandato da Diretoria

Artigo 34

O mandato da Diretoria é de 4 (quatro) anos, permitida a releição por um mandato subsequente.

Artigo 35

A Diretora exerce seu mandato até a posse da nova Diretora, mesmo que vencido o seu prazo.

Capítulo III - Competência da Diretoria

Artigo 36

Compete à Diretoria:

a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social;

b) dirigir e administrar a **SOCIEDADE**;

c) admitir e demitir associadas segundo o Direito Canônico, a Regra, Constituição da Congregação e Diretrizes da Província.

d) elaborar o Orçamento Programa-Anual;

e) deliberar sobre assuntos administrativos de interesse da **SOCIEDADE**.



Capítulo IV - Competência Específica dos membros da Diretoria



Artigo 37

Compete à Diretora-Presidente:

- a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social;
- b) convocar e presidir as Assembléias Gerais e reuniões da Diretoria;
- c) representar a **SOCIEDADE** ativa e passivamente, em juízo e fora dele, perante órgãos públicos, administrativos e particulares e, em geral nas suas relações com terceiros;
- d) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias em conjunto ou separadamente, de qualquer membro da Diretoria;
- e) constituir procuradores, advogados, conferindo-lhes os poderes que julgar necessários, inclusive especiais, de transigir, confessar, desistir, firmar compromissos, receber, dar quitações e substabelecer.

Artigo 38

Compete à Diretora-Vice-Presidente:

- a) substituir a Diretora-Presidente em suas ausências ou im^{pe}dicimentos;
- b) auxiliar a Diretora-Presidente no desempenho de suas fun^ções;

Artigo 39

Compete às Diretoras-Conselheiras:

- a) auxiliar a Diretora-Presidente no exercício de suas fun^ções;
- b) exercer as atribuições e missões que lhes forem designa^{da}s pela Diretora-Presidente.

Capítulo V - Membros Auxiliares da Diretoria

Artigo 40

Compete à Secretária:

- a) fazer o expediente da correspondência epistolar, avisos, circulares e lavrar as atas das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria;
- b) cuidar do Livro ou Fichas de Registro de Associadas;

Artigo 41

Compete à Tesoureira, também designada por Economista:

- a) gerir as finanças sociais e cuidar da administração da **SOCIEDADE** sob a coordenação e orientação da Diretora-Presidente;
- b) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias em conjunto ou separadamente de qualquer membro da Diretoria;
- c) representar a **SOCIEDADE** em juízo e fora dele, perante órgãos públicos, administrativos e particulares, sempre que autorizada pela Diretora-Presidente.

Capítulo VI - Disposições Gerais

Artigo 42

A Diretoria se reúne sempre que convocada pela Diretora-Presidente ou, pela Diretora-Vice-Presidente quando do exercício da presidência.

Artigo 43

É expressamente vedado aos membros da Diretoria prestar aval ou fiança em nome da **SOCIEDADE** a favor de terceiros.

Artigo 44

Os cargos de Diretoria são exercidos gratuitamente, sem qualquer tipo de remuneração, indenização, vantagens ou benefícios, sob qualquer forma, a qualquer título ou pretexto.

TÍTULO VI - CONSELHO P/ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS (CAEF)

Capítulo Único - Conselho p/Assuntos Econômicos e Fiscais (CAEF)

Artigo 45

O Conselho p/Assuntos Econômicos e Fiscais (CAEF) é constituído por 3 (três) membros eleitos pela Assembleia Geral.

Artigo 46

O mandato dos membros do Conselho p/Assuntos Econômicos e Fiscais (CAEF) é de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição.

Artigo 47

Entre os membros do Conselho p/Assuntos Econômicos e Fis



Artigo 48

Para o exercício de suas funções, o Conselho p/Assuntos Econômicos e Fiscais (CAEF) pode ser assessorado por técnicos e profissionais qualificados, desde que autorizado pela Assembleia Geral e ou Diretoria.

Artigo 49

O Conselho p/Assuntos Econômicos e Fiscais (CAEF) reúne-se sempre que convocado por seu Presidente e ou pela Diretora-Presidente.

Artigo 50

Compete ao Conselho p/Assuntos Econômicos e Fiscais (CAEF):

- a) analisar e dar parecer à Assembleia Geral sobre o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis/Financeiras;
- b) dar parecer à Assembleia Geral e à Diretoria, quando solicitado, sobre assuntos econômicos, financeiros, administrativos, patrimoniais, contábeis e jurídicos;
- c) aprovar o Plano de Contas Contábil sugerido e elaborado pelo Contador e ou Técnico em Contabilidade da **SOCIEDADE**;
- d) zelar para que sejam mantidas arquivadas e em ordem as escrituras de todos os bens imóveis da **SOCIEDADE**.

TÍTULO VII - FILIAL

Capítulo Único - Filial

Artigo 51

Por FILIAL, entende-se a unidade administrativa, de caráter educacional e ou cultural e ou de assistência, composta por um Conselho Local nomeado pela Diretoria e sob sua orientação e supervisão, em atividades educacionais, culturais e ou de assistência social, que pode ter designação fantasia e que se rege pelo presente Estatuto Social e por Regimento Interno.

TÍTULO VIII - DEPARTAMENTO

Capítulo Único - Departamento

Artigo 52

Por DEPARTAMENTO, entende-se a unidade administrativa, de caráter educacional e ou cultural e ou de assistência social, vinculada à sede da SOCIEDADE ou Filial deste, ou ainda, de forma autônoma.

presente Estatuto Social e por Regimento Interno.

TÍTULO IX - SETOR DE ATIVIDADE

Capítulo Único - Setor de Atividades

Artigo 53.

Por SETOR DE ATIVIDADE, entende-se a unidade administrativa, de caráter educacional e ou cultural e ou de assistência social, vinculada à sede da SOCIEDADE ou Filial deste, ou ainda, de forma autônoma, constituído por associados e colaboradores voluntários para o exercício de atividades educacionais, culturais e ou de assistência social, que pode ter designação fantasia e que se rege pelo presente Estatuto Social e por Regimento Interno.

TÍTULO X - PATRIMÔNIO SOCIAL

Capítulo Único - Patrimônio Social

Artigo 54

O Patrimônio Social da SOCIEDADE é constituído por todos os bens móveis e imóveis de sua propriedade, e por todos aqueles que vier a adquirir, assim como, por todos os legítimos direitos que possua ou venha a possuir.

TÍTULO XI - RECURSOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Capítulo Único - Recursos Econômico-Financeiros

Artigo 55

Os recursos econômico-financeiros da SOCIEDADE são provenientes:

- a) de rendimentos ou rendas de seus bens ou serviços;
- b) de receitas decorrentes de Contratos ou Convênios de Prestação de Serviços;
- c) de Convênios Filantrópicos;
- d) de Auxílios e Subvenções dos Poderes Públicos;
- e) de donativos de Pessoas Físicas e Jurídicas;
- f) de eventuais receitas, rendas ou rendimentos.

Artigo 56

A totalidade dos recursos econômico-financeiros previstos no artigo anterior, é integralmente aplicada na consecução de suas fi



Artigo 57

A **SOCIEDADE** aplica o eventual resultado operacional constatado em seus registros contábeis, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e, não distribui lucros, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio a suas associadas, membros da Diretoria e do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais (CAEF), sob nenhuma forma ou pretexto.

Artigo 58

A **SOCIEDADE** para melhor atender seus objetivos institucionais, pode, ainda, aplicar seus excedentes financeiros em instituições educacionais, culturais e de assistência social, que objetivem promover a coletividade, mediante a assinatura de Contratos ou Convênios Filantrópicos.

TÍTULO XII - BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS/FINANCEIRAS

Capítulo Único - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis/Financeiras

Artigo 59

Anualmente, em 31 de dezembro, é levantado o Balanço Patrimonial, acompanhado das respectivas demonstrações contábeis/financeiras.

Artigo 60

A **SOCIEDADE** mantém a escrituração de suas receitas, despesas, ingressos, desembolsos e mutações patrimoniais, em livros revestidos de todas as formalidades legais que asseguram a sua exatidão e de acordo com as exigências específicas de direito.

TÍTULO XIII - REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL

Capítulo Único - Reforma do Estatuto Social

Artigo 61

O Estatuto Social pode ser reformado total ou parcialmente, a qualquer época ou momento, por sugestão da Diretoria, por decisão da Assembleia Geral, especialmente convocada para tal finalidade, com a presença e votos de 2/3 (dois terços) do número de associadas.

TÍTULO XIV - DISSOLUÇÃO OU EXTINÇÃO

Artigo 62

A dissolução ou extinção da **SOCIEDADE**, só pode ser deliberada pela Assembléia Geral, por proposta da Diretoria.

Artigo 63

Para dissolução ou extinção da **SOCIEDADE**, todas as associações são convocadas por escrito e individualmente.

Artigo 64

A dissolução ou extinção da **SOCIEDADE** se dá em Assembléia Geral, com a presença e votos de 2/3 (dois terços) do número de associações.

Artigo 65

A dissolução ou extinção se dá quando a **SOCIEDADE** não mais puder levar a efeito as finalidades expressas neste Estatuto Social.

Artigo 66

No caso de dissolução ou extinção da **SOCIEDADE**, o seu patrimônio é destinado a outra instituição filantrópica congênere ou afim, dotada de personalidade jurídica, devidamente registrada no **Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)**, constituída preferentemente por Religiosas Professas da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, conforme for fixado pela Assembléia Geral.

Parágrafo Único

Na falta de uma instituição filantrópica congênere ou afim, o patrimônio é destinado a uma entidade pública.

TÍTULO XV - DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo Único - Disposições Gerais

Artigo 67

Os casos omissos ou duvidosos na interpretação deste Estatuto Social, são resolvidos pela Diretoria, cabendo recurso à Assembléia Geral.

Artigo 68

O presente Estatuto Social revoga as disposições contrárias e anteriores e entra em vigor na data de seu registro no Cartório Com-





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

C G C
SOLICITAÇÃO DE 2.ª VIA DE
CARTÃO C.G.C.

01 01 PARA USO DA REPARTIÇÃO

6



OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- 1 - CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE - CGC, AO PREENCHER ESTA FICHA.
- 2 - PREENCHA-A A MÁQUINA, EM 3 (TRÊS) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
- 3 - NÃO PREENCHA, OS QUADROS DE "USO DA REPARTIÇÃO"
- 4 - DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
- 5 - APRESENTE TODAS AS VIAS AO ORGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.

02 02 CARIMBO PADRONIZADO DO C.G.C. DO ESTABELECIMENTO SEDE

08.934.689/0001-33

Colégio Normal Francisca Mendes

Av. Venâncio Neiva, 420

C.E.P. 58.884

Catelô do Rocha - PB.

03 IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO A QUE SE REFERE ESTA SOLICITAÇÃO

03 CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

NUMERO BÁSICO

0 8 9 3 4 6 8 9

NUMERO DE ORDEM

0 0 0 1

CONTROLE

3 3

04

DENOMINAÇÃO

04 FIRMA OU
RAZÃO SOCIAL/
DENOMINAÇÃO
COMERCIAL

COLEGIO NORMAL FRANCISCA
MENDES

05 NOME DE FANTASIA

05

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

05 TIPO
(RUA, AV. ETC.)

A V

05 NOME DO
LOGRADOURO

VENANCIO

NEIVA

06 NÚMERO

4 2 0

06 COMPLEMENTO
(ANDAR, SALA, ETC.)

07 BAIRRO OU
DISTRITO

CENTRO

08 C.P.F.

5 8 8 8 4

09 SIGLA
DA UF.

P B

10 MUNICÍPIO

11 CÓDIGO DO
MUNICÍPIO

1987

- 9

12 CÓDIGO DA
INSPEÇÃO

06

PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

13 INSCRIÇÃO NO CPF

N.º BÁSICO

0 8 6 5 2 2 9 5 4

CONTROLE

5

14 NOME

NEUZA BARBOSA ALVES

07

ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

15 DATA

03.06.96

16 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

Neuza Barbosa Alves

08

CONTROLE DA REMESSA DE DOCUMENTOS

17 PARA USO
DO ORGÃO
RECEPTOR

18 ORGÃO DO ORGÃO

6

ANO

0 6

GRUPO

0 6

09

RECEPÇÃO NO ORGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE

CARIMBO DO ORGÃO RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

19

20

10

PARA USO DO ORGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE

21

22

DATA
DE
RECEPÇÃO

0 4

0 6

9 6

7

23 MATRÍCULA

1-026-005-1

ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA PELA REPARTIÇÃO, SUBSTITUI O CARTÃO C. G. C. DO ESTABELECIMENTO A QUE SE REFERE PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO OU DA ÚLTIMA REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício nº 1511/GP

João Pessoa, em 24 de setembro de 1996.

Senhor Governador

Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 497/96, de autoria do Deputado GERVÁSIO MAIA, que Reconhece de Utilidade Pública o Colégio Normal Francisca Mendes.

Atenciosamente

CARLOS DUNGA
Presidente

Exmo. Sr.

JOSE TARGINO MARANHÃO

GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

NESTA



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 133

PROJETO DE LEI Nº 497/96

Reconhece de Utilidade Pública o
Colégio Normal Francisca Mendes.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Colégio Normal Francisca Mendes, sediado na cidade de Catolê do Rocha.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa,
24 de setembro de 1996.

CARLOS DUNGA
Presidente

